

REDUZIR SALÁRIOS, A SOLUÇÃO?

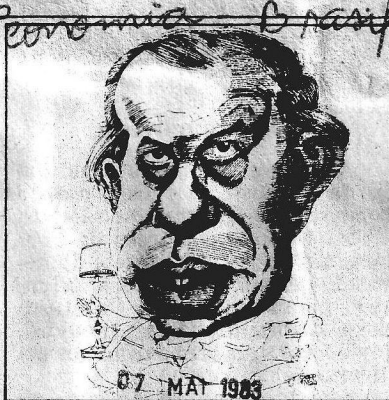
O ex-ministro Simonsen diz que sim: este seria o início do fim da indexação da economia.

Os brasileiros devem aceitar a redução de seus salários como remédio amargo, mas inevitável, para superação da atual crise. A afirmação foi feita ontem em Salvador pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, ao inaugurar a Fundação Bahiana para Estudos Econômicos e Sociais, com uma longa análise sobre o comportamento da economia mundial nos últimos dez anos.

Depois de elogiar os monetaristas e pôr a culpa da crise nos **supply siders** (assessores do presidente Ronald Reagan, que adotaram o corte de impostos, a pretexto de aumentar a poupança e o investimento nos Estados Unidos), Simonsen proclamou o malogro das economias indexadas em todo o mundo, citando como exemplos a Bélgica, Holanda, Dinamarca Itália e, naturalmente, o Brasil.

O ex-ministro não fez qualquer referência à proposta de estatização dos bancos, sugerida pelo ministro Delfim Neto ao deputado Nilson Gibson, mas não considera viável o corte simultâneo de todos os subsídios, proposto pelo professor Octávio Gouvêa de Bulhões. No caso de uma redução geral dos juros, o corte dos subsídios serviria para evitar a explosão da base monetária. "Mas, como fazer esse corte numa economia cujo sistema de indexação transforma altas corretivas de preços em inflação permanente, eis uma charada sem solução."

Para ele, a desmontagem da correção monetária, isto é, da inde-



cação geral da economia, só pode começar pelos salários. "Montamos um sistema de indexação profundamente **estagflationista**, com fulcro na lei salarial. Não há mago que, nessas condições, crie um final feliz para a atual crise".

E tornou a atacar as soluções sugeridas por representantes da oposição, como o ex-senador Teotônio Vilela, no Projeto de Emergência do PMDB, e os economistas Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, dizendo: "As alternativas que se enunciam, como a moratória unilateral e o desenvolvimento do mercado interno, são mistificação de quem não compreende que a dependência externa vem das importações e não das exportações. E que não há mercado interno ou moratória que faça jorrar o petróleo de que precisamos para sobreviver".

— O Brasil tem dois caminhos a escolher. Um é aprender as lições

da experiência internacional e não insistir em sistemas que o mundo já abandonou. Outro é fechar-se nas próprias tradições e preconceitos e acabar reinventando a roda. A escolha cabe aos políticos.

Simonsen insistiu em que "o verdadeiro nó górdio é o sistema de indexação, cujo fulcro de resistência política se encontra na lei salarial. Ao contrário de todo o mundo, o Brasil aboliu o expurgo da correção quando ele mais era exigido. O sistema atual, ao repassar aos salários os choques de oferta desfavoráveis, transforma a inflação corretiva em inflação permanente. Mais ainda, com a correção dos salários por um INPC não-expurgado, o Conselho Monetário Nacional foi obrigado a determinar que as minidesvalorizações cambiais acompanhassem o índice geral de preços, sem o que a maxidesvalorização se perderia em termos reais, tal como ocorreu em 1980. E, se o dólar segue o IGP, o mesmo deve acontecer com a correção monetária das ORTN e demais ativos financeiros, sem o que não haveria compradores para estes últimos".

Estas as razões do malogro da política monetária. "Uma expansão liberal dos meios de pagamento certamente acelera rapidamente a inflação, como ocorreu no final de 1979 e no início de 1980. Mas uma política de austeridade monetária, como a que se implantou em 1981, traz muita recessão, muita alta dos juros reais e lentos dividendos antiinflacionários".